

Borges, A. J. (2022). *Um José Saramago*.

Theya Editores. Lisboa. 164 pp.

ANTÓNIO DE CARVALHO PAIS¹



Um Escritor do *Um José Saramago* ou *Um Humanista*

Os comentários a uma obra transmitem o ponto de vista de quem os escreve. Perfila-se como uma visão da obra. Talvez aqui fosse mais providente dizer «a visão de quem comenta a obra», evitando assim o erro de entender «uma» como artigo indefinido, quando esta palavra é utilizada no sentido adjetival. Pois, se autónoma, essa visão é singular, única, mesmo quando se assemelha com outras. A coincidência de pontos de vista entre vários escritores não elide a sua forma ímpar, o seu modo particular de expressão e atração do leitor. Os mesmos pontos de vista não são igualmente iluminados, variando na sua perspicuidade e vivacidade. Deste modo, o comen-

==

¹ IFILNOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

tador de uma obra, através dos seus comentários, torna-a sua, porquanto ela é desse modo peculiar apropriada.

O título que António José Borges dá ao seu último livro dedicado à obra de Saramago — *Um José Saramago* — expressa justamente a natureza original da sua leitura dessa obra de autor nobelizado. Esta é posta sob a perspectiva da leitura pessoal, e, por isso, é um José Saramago que se anuncia; não um qualquer, mas o do António José Borges. Um Saramago que se constrói, principalmente, em crónicas ou ensaios, mas igualmente com recurso à poesia e ao conto. Poderá suscitar alguma perplexidade o título que o autor deu a este livro, sabendo-se que todo o texto interpretativo é único e, nesse aspeto, é igual a todos os outros textos que interpretam a obra de Saramago. A sua compreensão, todavia, só lhe interessa como forma de elaborar o Saramago como seu autor: «[...] há que perscrutar no mais profundo sentido das afirmações do autor, tentando retirar traços da sua personalidade, que por si só o caracterizem ou nos permitam avaliá-lo em consistência» (pp. 28-29). É, em última instância, o cidadão Saramago que é intencionado, ainda que mediado pela leitura da sua obra. Afinal, uma obra é sempre uma abertura mais ou menos nítida para aceder à pessoa que a criou. Parece, pois, evidente que António José Borges aposta num Saramago que não se esconde atrás do que escreveu, mas, pelo contrário, faz dela uma manifestação pública e autêntica do seu carácter. Uma aposta que

seria de risco, não fosse Saramago uma personalidade com uma intervenção cívica regular, com mensagens de inegável consistência com as da sua obra literária, ensaística, de crónica e diarística.

A mesma abordagem é perseguida neste estudo breve de *Um José Saramago*. Nele, é o António José Borges que é visado. Interpretamos, deste modo, uma dobra interpretativa: o autor deste texto lê o José Borges que transparece neste seu livro enquanto ele aí lê o José Saramago cognoscível na sua respetiva obra. Apontamos, pois, para o José Borges que desvela o José Saramago. À semelhança do que acontece no *Um José Saramago*, o presente estudo pretende tão-só o delineamento da pessoa que existe no escritor que se dá a conhecer no que escreve. Igualmente à sua semelhança, acreditamos que o José Borges não é dúplice naquilo que escreve e, nessa medida, está nisso honestamente presente para quem o quiser conhecer. As eventuais passagens que aparentam embaçar a sua presença devemos entendê-las como expressões do que é menos claro para o autor sobre si mesmo. Tanto mais assim nos parece quanto a crónica ou ensaio, géneros maioritários neste livro, não favorecem a dissimulação do seu autor, como pode acontecer mais facilmente na ficção.

Devo prevenir o leitor destas linhas que pretenda, através delas, saber alguma coisa do seu autor, dando continuidade à dobragem por ele iniciada, que ele nada fará para nelas

se mostrar, nem nada fará para nelas desaparecer. Pensamos que esta também terá sido a disposição de António José Borges ao escrever *Um José Saramago*. Que fique, porém, claro que ao autor destas linhas não o move a intenção de nelas articular a sua visão do mundo e dos homens. Está, no entanto, plenamente confortável com o facto de que qualquer leitura é irremediavelmente marcada por quem a faz. Tudo o que lhe importa é o António José Borges como autor do *Um José Saramago*. Neste sentido, o leitor não vai encontrar no que a seguir se escreve uma discussão sobre as posições interpretativas deste livro e as polémicas que, porventura, algumas delas suscitam entre aqueles que estudam a obra de Saramago.

Um saramaguiano

O António José Borges apresenta-se como um indefetível saramaguiano. Significando isto o aturado conhecimento da obra e vida de José Saramago e a admiração e a apologia que convictamente lhes dedica, sem cair na idolatria. A sua conversão a Saramago é por ele descrita em forma de metáfora: «[...] foi José Saramago quem me vampirizou na literatura em prosa [...]» (p. 11). O mito do vampiro que suga o sangue às suas presas e, assim, as converte em vampiros serve para metaforizar o assombro e arrebatamento intelectual e afetivo que o cativa a esta obra. Um tal grau de inclinação não faz, porém, dos seus textos sobre Saramago meros panegíricos.

Este é o seu segundo livro sobre Saramago, tendo o primeiro sido publicado em 2010, com o título *José Saramago: Da cegueira à lucidez*. Ele é, claramente, um prosseguimento do primeiro. Partilham entre si alguns temas, como sejam, entre outros: a visão do homem e da sociedade, a intervenção cívica e moral e a questão de Deus. Demais, três dos textos do *Um Saramago* datam precisamente do ano de publicação do primeiro livro, e um deles é inclusivamente anterior a essa data. A mesma dileção à obra de Saramago está bem presente nestes dois livros.

A exortação à leitura da obra de Saramago é logo proclamada na introdução: «Há que lê-lo e praticar o bem [...]» (p. 11). A bondade desta obra e a sua capacidade para mobilizar o seu leitor para a prática das virtudes morais são motivos maiores para incentivar a sua leitura. Ela é, assim, elevada ao estatuto de obra moralista. É com estas palavras encomiásticas que ele define Saramago: «Não era só um homem moral elegante, era um dos grandes, e talvez um dos últimos, moralistas com coragem. Foi, como todos os grandes, um profeta do homem» (pp. 23-24). O António José Borges revê-se, como homem e escritor, nesta obra que julga ironicamente a história e o seu tempo e busca a elevação moral dos homens, rumo a um novo homem.

Num ensaio sobre a sua diarística, «Saramago por Saramago», o autor esboça uma caracterização da pessoa de Saramago e ensaia a

sua defesa contra os que o criticam. Parte do princípio de que os seus diários são «exercícios de sinceridade», em que Saramago se mostra tal qual ele é e onde as suas posições morais, ideológicas e religiosas aparecem desnudadas, sem subterfúgios. É certo que o seu leitor vai enfrentar «[...] uma sinceridade que ou agrada ou abala» (p. 39), franqueando a obra às mais variadas críticas. À crítica de que, sobretudo, os diários, mas também outras obras suas, são marcadas pelo narcisismo, o autor dá a palavra a Saramago para daí concluir que existe «[...] um certo narcisismo inerente ao ato de escrita» (p. 36), que se compreende igualmente na estima sã que diz ter pela pessoa que ele é, a qual não se deve, de modo algum, confundir com o amor à sua imagem. Ao narcisismo opõe o autor a não menos saliente modéstia, «[...] não raras vezes também acompanhada pela consciência da sua qualidade como escritor e orador» (p. 39). A arrogância é outra das acusações que lhe é dirigida, motivada, especialmente, pela ironia a que amiúde recorre para abordar aquilo de que discorda, mas também pela frontalidade audaz com que se entrega às disputas. A esta crítica são-lhe contrapostas a humildade e a simplicidade de Saramago. Para além dos já mencionados, são-lhe atribuídos ainda outros qualificativos: responsável, rigoroso, imaginativo, sóbrio, determinado, realista e intolerante com os intolerantes. A consideração por Saramago é tal que o autor chega a erguê-lo ao estatuto de sábio (cf. p. 64).

Um humanista

Ao homem que põe o homem no centro em torno do qual gravitam as suas energias mais essenciais, que, vorazes, submetem tudo à sua valorização, podemos-lo chamar de um humanista? Não exatamente. Uma certa conceção filosófica do homem, dita humanista, decide o que o edifica, e tudo a ela se deve render. Diga-se, ponderando melhor o seu universalismo, que, se não tudo, se não o mundo, pelo menos que se rendam a ela os homens. Uma conceção sobre os homens para os homens que, desde o Renascimento, onde teve origem, se transfigura com o tempo, que muda as contingências da condição humana, sempre a caminho de um novo homem que não nos faça lamentar o homem histórico. Um humanista vive da visão do homem com o qual não tenha de se envergonhar, um homem cuja dignidade faz suas as circunstâncias históricas e toma as rédeas do seu destino. Faz parte dele a atenção vigilante e a resistência destemida a tudo que possa trair a dignidade humana. Bate-se energeticamente para que o homem seja o melhor de si mesmo. Continua a acreditar nisso, mesmo quando a humanidade só lhe dá razões para dela desistir. Nas alturas em que a esperança parece abandoná-lo, a sua crença no homem permanece firme, pois ela confere-lhe a possibilidade do sentido que precisa para continuar a viver neste mundo longe da indiferença. O homem é a sua esperança de redenção.

O que se possa dizer sobre o que dignifica o homem configura uma posição ética. Pois bem, uma ética humanista, reconhece-a António José Borges nos livros e na vida pública de José Saramago. Subscrive a sentença de Eduardo Lourenço: ele é o último moralista. E, para ele, um moralista humanista em quem se revê. Ao anunciar o novo homem, Saramago torna-se, paradoxalmente, um profeta do homem sem a certeza do que ele venha a ser. Ou seja, profetiza o homem como quem sabe que ele será diferente deste que o desilude profundamente, fazendo fé na possibilidade de uma mudança virtuosa. Apesar do seu pessimismo, mantém viva, no presente, a infinita aspiração humanista.

Para o escritor humanista, a lucidez perante o abismo de que se abeira o homem é uma instância para o poder transformar: «Aceder à lucidez para encarar este terrível mundo de todos, julgamos ser o objetivo íntimo, pessoal, de José Saramago. E, ao apelar a uma intervenção cívica, [...] o autor sensibiliza-nos lucidamente» (p. 75). Só deste modo, através de uma consciência desenganada do mundo, o seu pensamento pode incitar ao bem da humanidade. Por isso, toda a ação política que promove a ignorância humana, de tal maneira que «[...] a população só vê aquilo que a deixam ver [...]» (p. 52), tem de se haver com o escutar severo e a inconformação radical do homem lúcido. O desassombro deste precipita-o no conhecimento de si mesmo situado na história humana, e esta é rigorosamente

submetida, por ele, ao exame que a questiona sobre o sentido da vida necessário ao encontro feliz consigo mesmo e com os outros.

Saramago deseja, assim, que o seu esforço de lucidez seja fator de transformação das consciências dos seus leitores, dos cidadãos em geral, passando estes a não mais tolerar o homem que acalenta a sua degradação. A defesa intransigente dos direitos humanos mostra que já se chegou ao bom porto da consciência sensível e esclarecida: «É o caminho da cegueira à lucidez que o motiva e o seu cavalo de batalha são os direitos humanos» (p. 20). A inviolabilidade dos direitos humanos é uma exigência segura do pensamento humanista de Saramago; a exposição que escancara, muitas vezes de forma irónica e fantástica, por tão escandalosa que é, a sua violação anseia por sublinhar o agravo cometido ao ser humano, que não lhe deixe outra saída que não seja a da revolta contra a degradação da sua condição.

Há dois temas que, em particular, António José Borges aborda sobre José Saramago: a velhice e a mulher. São, em regra, ouvidos moucos os dos jovens a quem os velhos dirigem a palavra; não lhes interessa prestar atenção ao que lhe dizem aqueles que o futuro não pode contar com eles, que o passado donde falam já está morto e nem para fertilizar o futuro lhes serve. Esta desconsideração da velhice está fortemente associada à da família. Não lhes importa se os idosos sobrevivem nos seus

filhos e naqueles que amam, e o futuro é tão importante para eles quanto este lhes pertence igualmente; ignoram que querer bem ao futuro é querê-lo para os seus familiares e amigos mais queridos. Além disso, tem-se também a ideia de que os velhos são diminuídos da capacidade de imaginação e que, por conseguinte, as suas obras tardias sofrem de menor criatividade. Eis alguns modos pelos quais a atual sociedade ocidental despoja as pessoas de humanidade, nega-lhes direitos essenciais, no caso, simplesmente por terem uma idade avançada. Ora, Saramago produziu a parte mais importante da sua obra na condição de idoso. Ele e a sua obra são a evidência inquestionável de que essa condição em nada a limitou, pois, não só, nessa fase da sua vida, laborou intensamente obras de uma «imaginação expansiva», capazes de mensagens transformadoras dirigidas ao presente que preparam o futuro, como estas suas obras o alcandoraram, com a atribuição do Nobel da Literatura, ao lugar mais elevado do reconhecimento internacional.

Numa sociedade em que a mulher luta pelo lugar que lhe é devido como ser humano com os mesmos direitos dos homens, a vida de Saramago e a sua obra dão um poderoso testemunho da centralidade das mulheres na vida humana e do seu poder de a transformar. Daí que as mulheres, nas suas obras, são sempre pessoas muito especiais. António José Borges defende que o pensamento de Saramago

sobre as mulheres personagens das suas histórias obedece a quatro premissas essenciais:

[...] a palavra dominante no mundo ainda é a masculina; a mulher pode ajudar decisivamente a mudar o mundo; a mulher possui, efetivamente, um sexto sentido [...]; todas as personagens femininas na obra de Saramago são variantes da Blimunda, nome da mulher protagonista de *Memorial de Convento* [...] (p. 118).

A última premissa faz de Blimunda o arquétipo das mulheres ficcionais de Saramago; ao caracterizar-se Blimunda ficar-se-á com uma boa ideia de quais são os traços principais dessas mulheres. Ela representa o amor de mulher, o amor que vê e acolhe o invisível, os desejos, as vontades dos humanos, mas também o amor generoso e abnegado. Diz-nos, sobre estas personagens mulheres, o autor de *Um Saramago*: «[...] nelas não há falsa esperança nem falsa felicidade, mas sim a mais bela melancolia e desespero» (p. 121); «[...] é a grande esperança, é a simplicidade, a espontaneidade» (p. 122). Elas são a lucidez transformadora que projeta o novo homem de que fala Saramago. Blimunda é fonte de inspiração humanista.

Um crente

Um humanista sê-lo-á mais por ser um crente em Deus? Essa parece ser a posição de António José Borges: «São poucos os humanistas que se desligam da noção de divindade. O homem, como centro de todas as construções filosóficas, não exclui Deus. Pelo contrário, o homem

deve aproximar-se, ser um anjo» (p. 67). O tipo de humanista que ele é reduz o humanismo sem fé em Deus a menos que perfeito. O humanismo secular e positivista despreza a alma humana ao despojá-la da sua espiritualidade. Ser um homem de fé é caminhar no sentido da santidade, ao encontro do bem e da verdade. Mas o Deus em que parece acreditar não interfere no livre-arbítrio humano: «[...] Deus fez o mundo, deixou-o à vontade do homem e não está aqui para proteger ninguém. O critério é do homem» (p. 81). O homem é inteiramente responsável pelo que faz a si mesmo e aos outros e, como crente, não espera obter graça divina, senão a sua inspiração. Daí que o próprio homem seja o Diabo no mal que faz ao homem. O crente humanista confia na razão humana para enfrentar e erradicar esse mal que, sem ela, se alastra como uma peste. O homem que depende apenas de si mesmo e das circunstâncias que o condicionam deve fazer o melhor uso possível da sua faculdade racional ao serviço do bem. O limite à racionalidade humanista é o uso dela em prejuízo da dignidade humana. A tradição racionalista, iluminista e clássica, é praticada e encorajada pelos humanistas, conquanto ela não extravase esse limite. Quanto à fé, ela não exclui a razão, desde que esta não se volte contra o bem transcendente em que se acredita e se quer desejado e prosseguido entre os humanos. A transcendência deve ser posta em diálogo com a natureza humana com vista a aperfeiçoá-la, a instigar o que nela é

uma disposição natural bondosa e a reprimir a malévola.

O ateísmo assumido de José Saramago, donde parte para questionar a religião e a sua visão de Deus, não faria dele, aos olhos de António José Borges, um humanista por inteiro. Porém, como seu apologista, ele nega o seu ateísmo ou confina este conceito ao anticatolicismo, para assim evitar a consequente diminuição do seu humanismo. Defende, por esse motivo, que Saramago é um crítico da religião, da sua doutrina bíblica e prática devota, mas que isso não põe em causa a existência de Deus: «José Saramago questiona uma invenção de Deus, não questiona o Deus» (p. 105), ele «[...] nunca duvidou da existência de Deus em que acreditou» (p. 115). O que ele, efetivamente, contesta é a intervenção divina nos assuntos humanos e a sua mediação religiosa: «Não se trata da negação da existência divina, mas sim da redução do valor do seu papel interventivo no mundo do Homem» (p. 54). O livre-arbítrio do ser humano é assim resgatado, e com ele o próprio humanismo responsável, sem que a crença no divino seja abalada. Que tudo isto, todavia, não deixe de certificar a presença divina inspiradora entre os seres humanos: «Tal não significa renegar o divino e a sua suprema e divina influência, porque verdadeira, na vida» (p. 94). Mas, o autor vai mais longe, acreditando que o espírito cristão permeia a sua obra; a dado passo afirma que José Saramago «[...] deve ser lido como ficção crítica e/ou para além desta

mesma. E só assim pode ser entendida uma obra tão simbiótica com o espírito de Cristo» (p. 93). A dessacralização e naturalização de Deus nessa obra deve, portanto, ser entendida como mera ficção marcada pela espiritualidade crítica que, no fundo, pugna pelos ideais de Cristo. Uma ficção crítica, aliás, conhecedora e interessada «[...] no aprofundamento da história e tradição da fé no âmbito do universo cristão [...]» (p. 93). Por isso, pode dizer-se que «Não há, no seu pensamento, qualquer fundamentalismo ou iliteracia religiosa» (p. 98). Pelo contrário, a convicção do autor é que estamos perante uma via natural da teologia ficcional, via essa «intencional, fraterna e construtiva» (p. 110).

A perplexidade ante o esforço diligente com que se aplica a salvaguardar a crença em Deus de José Saramago é proporcional ao facto indesmentível do seu ateísmo assumido publicamente. Limita-se, por essa razão, ao campo da literatura, aos seus romances, sobretudo os bíblicos, e dramaturgias, para travar essa luta. É aí que procura afirmar a crença de Saramago em Cristo, apesar das evidências literárias que mais facilmente nos convenceriam do seu ateísmo. António José Borges enfatiza que estas obras são de ficção crítica às instituições de inspiração bíblica e não a Deus. Ao invés, essa crítica pretende justamente reconfigurar o divino, remover-lhe todas as suas apropriações que humilham o humano e fecundar, no seio da ficção, uma teologia não comprometida senão com a visão de um Deus que en-

grandece o homem. Constrói, dessa forma, por assim dizer, um Deus saramaguiano. E, nesse, Saramago acredita piamente. Por conseguinte, configura-se como legítima a convicção de que não é do seu próprio Deus que ele se afirma ateuista, mas daquele que é moldado pela tradição e doutrina religiosa. Não obstante, em jeito de confissão, o autor reconhece que esta sua tese é da ordem da crença, a qual atribui ao seu otimismo: «Não tenho uma fé inabalável no mundo, mas sou um otimista incorrigível – até chego a acreditar que Saramago ama Deus, o Deus que ele também criou» (p. 142). Uma crença que não é, pois, inabalável.

Um ser português

Há uma feição própria no humanismo português, que podemos encontrar no ser português a que António José Borges se dedica num dos textos deste seu livro – «O que é ser português? (ou o que há de ser português)». Existe «[...] no ser o que é o português [...]» (p. 155), um humanismo cinzelado por um ideário lusófono que motiva a arte de ser português. Que ideário é esse, é o que o autor esboça neste seu texto, como quem exerce também essa arte de ser, que, como diz, se foca sempre «[...] no bem, no bom e no melhor do mundo» (p. 155) e se agarra firmemente, como solo fértil de portugalidade, ao pensamento dos grandes escritores portugueses, de Fernão Lopes, Camões e António Vieira, a Eça de Queiroz, Teixeira de Pascoais, Fernando

Pessoa, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço e José Saramago. Pois «[...] em todos eles vemos a construção de quem somos e do que poderíamos ser [...]» (p. 156).

A isto junta o autor a lusofonia, concebida, por Miguel Real, em a *Morte de Portugal*, como um império providencialista, quinto-imperialista e paracletiano. Dominar a arte de ser português implica uma «profunda consciência cívica lusófona» (p. 156), que emerge do conhecimento do universo lusófono. Desta tira a certeza da importância de ir ao Brasil para saber o que é ser português, sem esquecer o legado lusitano no Oriente. Ela desvela o vincado traço universalista que advém do facto de que «[...] há sempre no português essa mistura e vontade em ser tudo e todos [...]» (p. 156), que o torna admirável aos olhos dos estrangeiros, tanto mais quanto grandioso foi o seu contributo para «[...] o alargamento do horizonte espiritual europeu como conquistador de novos mundos» (p. 157). Adianta-nos, ainda, o autor que a lusofonia se apresenta ao lusófono como «[...] a última fronteira linguística, social, cultural e até psicológica» (p. 157). A consideração e o aprofundamento do conhecimento da sua história e das suas raízes culturais são essenciais à lusofonia e à identidade portuguesa.

O ser português é também ser europeu, embora este tenha de ser por aquele refletido de modo a saber o que efetivamente quer, que projeto comum almeja, para o tornar compreensível, assumido e vivido. É necessário

integrar harmoniosamente o europeu que existe, nem sempre sem conflito, no ser português. Nisto é decisivo respeitar o que é da sua natureza: a abertura ativa, de coração e alma, ao mundo: «[...] o português, na sua essência histórica, é um coração que pensa o mundo e um pensador que sente o mundo» (p. 159). A sua vinculação afetiva ao mundo não é menos importante que o seu envolvimento intelectual, já que não o pensa sem o sentir nem o sente sem que nisso pense. A sua Europa é a do universalismo e do humanismo.

A História de Portugal dá provas da essência humanista do ser português, ao ter sido o primeiro a abolir a pena de morte na Europa e um dos primeiros a abolir a escravatura. José António Borges vê no humanismo a resolução da questão do que é ser português ou ser o que é o português na seguinte ideia: «[...] ser português é uma celebração da humanidade» (p. 163). O humanismo português é o da paixão universal e fraterna pelo humano conduzida pelo pensamento universalista. Celebra a diversidade fraterna e unida por uma ideia de homem que bem-quer o homem que, na saudade de um tempo mítico, de promessa e desencanto, alentado continuamente por novas camadas de sedimentos afetivos, cria o futuro. Este último é o tempo da superação do homem histórico degenerado numa vida com sentido, numa vida que dignifica o humano universal. A saudade motiva a busca pelo novo homem.

Mas, a saudade portuguesa, diz-nos o autor, é afetada pela lírica sonhadora, de influência céltica, o fáustico, de influência germânica, e o fatalismo, de influência oriental (cf. pp. 157-158). Essas influências, se se exercem com efeitos benfazejos, não menos se exercem com efeitos nefandos que esmorecem e desvirtuam a saudade potenciadora do universalismo humanista. São estas influências que estão por detrás de algumas das falhas na virtude do ser português histórico, como sejam a inveja, o

materialismo, o individualismo, a vaidade, a passividade e a inconstância de espírito – todas bem presentes no Portugal contemporâneo. O humanismo universalista, típico do ser português, anseia, naturalmente, por vencer estas falhas que o mancham e envergonham. Conta para esse combate com as virtudes portuguesas de resistência conquistadora, de enorme sensibilidade e de capacidades adaptativa, pragmática e criativa. Com a sua ajuda podemos ter esperança em ser o que é o português.